

APRESENTAÇÃO

É com imensa alegria que apresentamos o novo volume desta edição da Revista OPSIS intitulada *Descolonizar as Ciências Humanas: Campos de Pesquisa, Desafios Analíticos e Resistências – Parte 2 – Volume 16, n. 2, 2016 (jul./dez. 2016)*.

A escolha deste tema para o presente Dossiê deu-se a partir dos debates e perspectivas de atuação em rede, desenvolvidos no XIII Congresso Espanhol de Antropologia (Tarragona – ES, 2014), no âmbito das conversações do Simpósio Temático “Antropología y descolonialidad. Desafíos etnográficos y descolonización de las metodologías”.

Os debates pós-coloniais destacaram o lugar da ciência como um modo particular de construir o conhecimento, e a partir deles, desenvolveram-se novas perspectivas que orientam o fazer das Ciências Sociais e Humanas, não só para a importância do valor da diversidade cultural, mas também para a necessidade e busca de métodos e práticas que determinam a importância do tema da diversidade na epistemologia destes saberes no próprio conhecimento, em suas construções e nos modos de produzi-lo. Pela globalidade de uma cultura-mundo neoliberal e pós-moderna que se arroga valores universais, outras existências se mantêm às margens e produzem mundos gerados por meio da experiência particular e compartilhada da colonialidade no Sul global. Bem sabemos que as transformações de alcance “global” acontecem num mundo que é produto histórico de um desenvolvimento regional diferencial, que adquire hoje uma expressão de colonialidade global. A emergência de multitudes de fenômenos locais, que fazem tanto dos entornos urbanos quanto dos agrários, localizações de visibilização das ausências impostas pelas dinâmicas da colonialidade, constituem um desafio para as Ciências Sociais e Humanas e a descolonialidade em sua ampla diversidade.

As novas perspectivas críticas das Ciências Sociais e Humanas partem da evidência da produção histórica de uma diferença colonial cujo objeto é sujeitar formas de vida diferentes, invisibilizar sua existência, suas formas de conhecimento e cosmovivências.

Um primeiro conjunto de artigos do Dossiê é dedicado à descolonização do conhecimento e à reflexão epistêmica. O texto que abre o segundo volume, apresentado por Juan Carlos Gimeno Martín y Ángeles Castaño Madroñal com o título: “Antropologia comprometida, Antropologias de Orientação Pública e descolonialidade: desafios etnográficos e descolonização das metodologias” analisa algumas transformações disciplinares na Antropologia. Nos últimos anos, uma diversidade de práticas comprometidas da Antropologia, nem sempre dialogantes, tem sido elaborada. Novas perspectivas teórico-metodológicas têm aberto um debate sobre o papel da Antropologia frente aos movimentos sociais e a defesa da diversidade cultural nos processos de globalização. Entre estas tendências, o texto reflete sobre a Antropologia de orientação pública, entendida como uma prática antropológica plural, produzida desde seu compromisso com a diversidade de lutas políticas contemporâneas frente às tendências etnocidas da globalização. Estas práticas estabelecem a necessidade de descolonizar as

metodologias etnográficas e a produção teórica antropológica, problematizando os distintos processos de produção de conhecimento mediante investigações que ensaiam distintas formas de colaboração entre a produção científica e o ativismo social.

Durante o século XX, os intelectuais africanos desenvolveram uma ampla gama de referências teóricas, conceituais e metodológicas para expressar a posição de seus coetâneos no mundo, no movimento conhecido como pensamento social africano. O artigo “Intelectuais africanos e estudos pós-coloniais: considerações sobre Paulin Hountondji, V. Y. Mudimbe e Achille Mbembe”, apresentado por José Rivair Macedo, explora a produção deste pensamento africano próprio. Sem a pretensão de mapear a obra de todos os autores africanos, Macedo examina as contribuições de três importantes intérpretes da realidade sociopolítica e cultural da África, identificados com os estudos pós-coloniais, que elegem pelo alto grau de inovação dos seus conceitos no debate teórico e seu impacto nos espaços acadêmicos dentro e fora do continente africano. Além disso, estes autores compartilham uma produção intelectual vinculada, em maior ou menor medida, ao Conselho para a Investigação Científica em Ciências Sociais na África (CODESRIA), que é, na atualidade, o mais destacado polo de irradiação da produção acadêmica na África.

Em “Os deslocamentos epistêmicos trazidos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008: possibilidades de subversão à colonialidade do currículo escolar”, Eugenia Portela Siqueira Marques e Valeria Aparecida Mendonça de Oliveira Calderoni utilizam os resultados de uma investigação realizada em escolas públicas no estado de Mato Grosso do Sul (Brasil) para refletir sobre as tensões provocadas pela inclusão de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo escolar brasileiro. Fundamentando-se em perspectivas pós-coloniais e considerando as mudanças produzidas pelas leis promulgadas nos últimos anos, as autoras questionam a lógica hegemônica de produção de uma cultura comum brasileira, de base ocidental e eurocêntrica, que historicamente tem silenciado e invisibilizado outras lógicas e saberes existentes. O Movimento Negro Brasileiro tem exercido um papel central como propulsor do projeto educativo emancipatório de descolonização curricular, no contexto das lutas e pressões para a implementação de políticas educacionais orientadas para a superação do racismo no Brasil, bem como da desigualdade racial e da desobediência epistêmica da formação docente.

Neste contexto educativo, mas mudando de país, Marta Morente López, no artigo intitulado: “Un relato experiencial sobre una práctica antropológica participativa con siete comunidades de Chiapas”, tem como ponto de partida a experiência realizada em Chiapas no ano de 2011, que como antropóloga aplicada desenvolve o projeto “Nueva Educación Autónoma de los Pueblos Indígenas” (NEAPI). Os promotores educativos indígenas e os assessores pedagógicos do projeto contemplaram a necessidade de realizar uma avaliação desde um ponto de vista antropológico, sobre o impacto sociocultural que esta educação autônoma havia alcançado nas comunidades desde seus inícios no ano de 1995. Narrando sua experiência como antropóloga, Morente problematiza os princípios metodológicos da Antropologia, apontando a necessidade de sua abertura, assim como a importância de realizar

uma profunda reflexividade por parte dos investigadores para poderem praticar uma ciência social descolonizada e em colaboração, cúmplice com os sujeitos com os quais trabalham.

Mary Anne Vieira Silva em seu artigo “Reconhecimentos identitários do candomblé em Goiás: contextos pós-coloniais na contemporaneidade” busca compreender, desde uma perspectiva teórica pós-colonial que enfrente as fraturas do conhecimento “eurocêntrico”, o “sagrado” da matriz africana do Candomblé. Para Vieira, o Candomblé é uma forma de organização social, vinculada à diversidade africana no Brasil. No processo de sua construção, as identidades e tradições das culturas africanas sofreram com as ações dos dispositivos desenhados pelo colonialismo. As vivências históricas e religiosas experimentadas neste contexto forjaram relações sociais fraturadas pela imposição política colonial. Partindo de uma concepção interpretativa da cultura, Vieira realiza uma aproximação metodológica etnogeográfica, buscando a compreensão de uma cosmologia dada num espaço que é concebido e vivido pelos sujeitos que atuam como informantes. O Candomblé como rito, emerge assim, através de um intrincado sistema de conexões que relaciona os tempos históricos com o tempo dos ancestrais, numa reconstrução do espaço diaspórico configurado como processos de ajuste e transformação, através dos quais se preservam práticas africanas resistentes e enfrentadoras dos sistemas coloniais.

Os dois artigos seguintes problematizam de distintas formas e distintos lugares as relações entre as políticas patrimoniais, os territórios e os espaços culturais.

Os museus de Antropologia na Europa e América do Norte surgiram, desde a metade do século XIX até os inícios do XX, no âmbito do colonialismo, no político, e do evolucionismo cultural, nas ciências. Depois da Segunda Guerra Mundial, com os processos de descolonização, os museus de antropologia entraram em crise e têm sido forçados a reinventar-se, tratando de ressignificar os objetos procedentes dos espólios realizados nas décadas do colonialismo, e buscando adaptar-se a sociedades cada vez mais multiculturais. O objetivo do artigo apresentado por Fabien Van Geert, Iñaki Arrieta Urtizberea e Xavier Roigé, com o título “Los museos de Antropología: del colonialismo al multiculturalismo. Debates y estrategias de adaptación ante los nuevos retos políticos, científicos y sociales”, é descrever e analisar diferentes estratégias que tem se realizado nos museus de Antropologia neste processo de reinvenção. Centram-se em algumas das novas propostas museográficas e de ressignificação dos objetos coloniais, e no grau participação das comunidades, décadas atrás colonizadas, ou de seus descendentes na instituição museal ou, ainda, em suas propostas museográficas.

Por sua parte, Francisco Javier González Herrero, em sua contribuição, “La zona patrimonial de Riotinto desde una mirada decolonial ¿qué es de los huertos mineros del periodo colonial británico (1873-1954)?”, explora a transformação do patrimônio material de Riotinto, situado em Huelva, Espanha. O projeto de extração mineral do consistório britânico na região, a partir de 1873, acarretou na destruição da população tradicional de Riotinto, quando se iniciou a construção do que atualmente são as Minas de Riotinto. Após a queda da produção mineral, o entorno foi declarado, em 2012, Zona Patrimonial, denominação concedida a aqueles lugares caracterizados por elementos significativos. A antiga etapa britânica com sua arquitetura, os restos de sua tecnologia de exploração, seu impacto sócio-territorial e

a articulação em comunicações que creio, foram argumentos chaves para a adjudicação da categoria patrimonial, ignorando-se as outras histórias do território, cujo resgate o autor reclama. O sobredimensionamento de um único signo de identidade para a região tem reduzido o reconhecimento da riqueza cultural de toda uma comunidade, ligado aos componentes que este particular projeto britânico de produção da modernidade produziu.

Outros dois artigos apresentam a relação entre os processos analíticos e artísticos nos contextos contemporâneos.

Em “Da subjetividade do *eu* à objetividade do *nós*: uma breve reflexão acerca dos limites e pretensões da objetividade na historiografia contemporânea”, Thiago José Borges apresenta um entendimento acerca dos processos metodológicos e suas práticas que constituem princípios contemporâneos de construção e legitimidade do conhecimento histórico, numa dupla articulação entre objetividade e subjetividade na produção do saber-fazer nesta comunidade epistêmica.

No texto “Racionalidade e barbárie: a construção da ideia de progresso e seus desdobramentos críticos na arte e no pensamento”, Daniel Vecchio Alves apresenta uma avaliação crítica cultural da ideia de progresso. Para esta abordagem, o autor realiza uma breve análise sobre a forma em que se recebeu esta ideia, transmitida não só através do pensamento social, mas também pela produção literária. Seu trabalho analisa pensadores e escritores que, desde o século XVIII, criticaram a noção evolutiva tecnocientífica, considerando que a Revolução Industrial teve um impacto significativamente negativo na vida dos seres humanos. No processo de desconstrução da ideia de progresso industrial, o autor toma em consideração os aportes de E. P. Thompson, que afirma não existir desenvolvimento econômico que não seja, ao mesmo tempo, transformação sociocultural.

Finalizando o Dossiê, Rubens Freitas Benevides apresenta “O paradoxo do colonialismo e a desidentificação”. O texto, mais teórico que empírico, tem como objetivo expor o momento histórico no Brasil marcado pelo que nomeia o paradoxo do colonialismo. Este se constitui como o limite do processo evolutivo da sociedade brasileira e se opõe aos processos de des-identificação que aparecem como uma “imagem dialética”. Esta categoria benjaminiana, utilizada pelo autor em diálogo com Adorno, é apresentada no texto como uma contribuição crítica às Ciências Sociais que pretende abrir as disciplinas para as “séries temporais heterogêneas” para que contemplem tanto as formas de ruptura como as continuidades.

A Seção de Artigos livres apresenta duas contribuições.

Em “Os últimos dias da crítica”, Ronie Teles da Silveira, analisa a função crítica das intervenções políticas e seu propósito transformador para que se torne possível uma avaliação epistemológica deste aparato analítico próprio às Humanidades.

Em “O perfil da elite dirigente goiana na primeira metade do século XIX”, Martha Victor Vieira analisa a trajetória de seis personagens políticos influentes na administração pública em Goiás, Brasil. Ao utilizar determinados critérios de diferenciação (poder aquisitivo, exercício de cargo público, patente militar, habilidade letrada e funções religiosas), relaciona-os à cultura local com suas dimensões e perspectivas políticas.

Por fim, temos uma tradução e uma resenha.

Fernando Pereira dos Santos apresenta a tradução: “O bom soberano e seu legado: tradução da fonte ‘Sobre a morte de Eduardo III’”. Ao detalhar a historicidade e os contextos sociais do documento, permite-nos a compreensão das dimensões gerais do personagem em seu contexto histórico de expansão territorial, enriquecimento nobiliárquico e conquistas militares promovidos por Edward III, bem como permite superar o esquecimento a que relegado tem sido relegados o poema e seu personagem.

Já Matheus Mesquita Pontes apresenta a resenha “A Produção social da escrita literária em Raymond Williams” que trata sobre as importantes abordagens intelectuais deste autor nos anos 70 e 80 do século XX.

Por fim, os coordenadores deste volume agradecem imensamente à Revista OPSIS pela acolhida e perspectiva aberta que teve frente a nossa proposta. Agradecemos à Professora Eliane Martins de Freitas o permanente trabalho de coordenação, garantindo que tudo tenha chegado a bom termo. E transmitimos os agradecimentos de todos os colaboradores do número por bem-fazer a revista.

JUNHO DE 2016

ÁNGELES CASTAÑO MADROÑAL (UNIVERSIDADE DE SEVILHA)

JOSÉ LUÍS SOLAZZI (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

JUAN CARLOS GIMENO MARTIN (UNIVERSIDADE DE MADRI)

PRESENTACIÓN

Con inmensa alegría presentamos una nueva edición de la Revista OPSIS titulada *Descolonizar las Ciencias Humanas: Campos de investigación, Desafíos Analíticos y Resistencias Parte 2 – Volumen 16, n. 2, 2016 (jul./dic. 2016)*.

La opción de este tema para el presente Dossier se dio a partir de los debates y perspectivas de actuación en red desarrollados en el XXI Congreso Español de Antropología (Tarragona –España, 2014), en el ámbito de las conversaciones del Simposio Temático “Antropología y Descolonialidad. Desafíos etnográficos y descolonización de las metodologías.”

Los debates poscoloniales destacaron el lugar de la ciencia como un modo particular de construir conocimiento y, a partir de ellos, se desarrollaron nuevas perspectivas que orientan el trabajo de las Ciencias Sociales y Humanas, no solo por la importancia del valor de la diversidad cultural, sino también por la necesidad y la búsqueda de métodos y prácticas que determinan la importancia del tema de la diversidad en la epistemología de estos saberes del propio conocimiento, en sus construcciones y en sus modos de producirlo. Por la globalidad de una cultura-mundo neoliberal y postmoderna que se arroga valores universales, otras existencias se mantienen al margen y producen mundos generados en una experiencia particular y compartida de la colonialidad en el Sur global. Bien sabemos que las transformaciones de alcance “global” ocurren en un mundo que es producto histórico del desarrollo regional diferencial, que adquiere hoy una expresión de colonialidad global. La emergencia de multitudes de fenómenos glociales, que ocurren tanto en los entornos urbanos como en localizaciones agrarias de visibilización de ausencias impuestas por las dinámicas de la colonialidad, constituyen un desafío para las Ciencias Sociales y Humanas y la descolonialidad en su amplia diversidad.

Las nuevas perspectivas críticas de las Ciencias Sociales y Humanas parten de la evidencia de la producción histórica de una diferencia colonial cuyo objeto es someter formas de vida diferentes, invisibilizar su existencia, y sus formas de conocimiento y cosmovivencias.

Un primer bloque de artículos del dossier está dedicado a la descolonización del conocimiento y la reflexión epistémica. El texto que abre el segundo volumen, presentado por Juan Carlos Gimeno Martín y Ángeles Castaño Madroñal con el título, “Antropología comprometida, Antropologías de Orientação Pública e descolonialidade: desafíos etnográficos e descolonização das metodologias” analiza algunas transformaciones disciplinarias en la antropología. En los últimos años, una diversidad de prácticas comprometidas de la antropología, no siempre dialogantes, han sido elaboradas. Nuevas perspectivas teórico-metodológicas que han abierto un debate sobre el papel de la Antropología ante los movimientos sociales y la defensa de la diversidad cultural en los procesos de globalización. Entre estas tendencias, el texto reflexiona sobre la antropología de orientación pública, entendida como una práctica antropológica plural, producida desde su compromiso con la diversidad de luchas políticas contemporáneas frente a las tendencias etnocidas de la globalización. Estas prácticas se plantean la necesidad de descolonizar las metodologías etnográficas y la producción teórica antropológica, discutiendo los distintos procesos de producción de conocimiento mediante

investigaciones que ensayan distintas formas de colaboración entre la producción científica y el activismo social.

Durante el siglo XX los intelectuales africanos desarrollaron una amplia gama de referencias teóricas, conceptuales y metodológicas para expresar la posición de sus coetáneos en el mundo, en el movimiento conocido como pensamiento social africano. El artículo “Intelectuais africanos e estudos pós-coloniais: considerações sobre Paulin Hountondji, V. Y. Mudimbe e Achille Mbembe” presentado por José Rivair Macedo, examina la producción de este pensamiento propio de África. Sin la pretensión de mapear la obra de todos los autores africanos, Macedo examina las contribuciones de tres importantes intérpretes de la realidad sociopolítica y cultural de África, identificados con los estudios poscoloniales, que optan por el alto grado de innovación de sus conceptos en el debate teórico y su impacto en los medios académicos dentro y fuera del continente africano. Además, estos autores comparten una producción intelectual vinculada en mayor o menor medida al Consejo para la Investigación Científica en Ciencias Sociales en África (CODESRIA), que es, en la actualidad, el polo de irradiación de producción académica más destacado en África.

En “Os deslocamentos epistêmicos trazidos pelas leis 10.639/2003 e 11.645/2008: possibilidades de subversão à colonialidade do currículo escolar”, Eugenia Portela Siqueira Marques y Valeria Aparecida Mendonça de Oliveira Calderoni utilizan los resultados de una investigación realizada en escuelas públicas en el Estado de Matto Grosso do Sul (Brasil) para reflexionar sobre las tensiones provocadas por la inclusión de la Historia y Cultura Afrobrasileña e indígena en el currículo escolar brasileño. Fundamentándose en perspectivas poscoloniales y tomando en consideración los cambios producidos por algunas leyes promulgadas en los últimos años, las autoras cuestionan la lógica hegemónica de producción de una cultura común brasileña, de base occidental y eurocéntrica, que históricamente ha silenciado e invisibilizado otras lógicas y saberes existentes. El Movimiento Negro Brasileño ha jugado un papel central como propulsor del proyecto educativo emancipatorio de descolonización curricular, en el contexto de las luchas y presiones para la implementación de políticas educacionales orientadas a la superación del racismo en Brasil, así como, de la desigualdad racial y de la desobediencia epistémica de la formación docente.

Aún en el contexto educativo, pero cambiando de país, Marta Morente López, en el artículo titulado; “Un relato experiencial sobre una práctica antropológica participativa con siete comunidades de Chiapas”, toma como punto de partida la experiencia realizada en Chiapas en 2011 que como antropóloga aplicada desarrolla en el proyecto Nueva Educación Autónoma de los Pueblos Indígenas (NEAPI). Los promotores educativos indígenas y los asesores pedagógicos del proyecto, contemplaron la necesidad de realizar una evaluación desde un punto de vista antropológico, sobre el impacto sociocultural que esta educación autónoma había obtenido en las comunidades desde sus inicios en el año 1995. A modo de narración de su experiencia como antropóloga Morente problematiza los principios metodológicos de la Antropología, señalando la necesidad de su apertura, así como a la importancia de realizar una honda reflexividad por parte de los investigadores para poder practicar una ciencia social descolonizada y en colaboración, cómplice con los sujetos con los que trabajan.

Mary Anne Vieira Silva en su artículo “Reconhecimentos identitários do candomblé em Goiás: contextos pós-coloniais na contemporaneidade” busca comprender, desde una perspectiva teórica poscolonial frente a los sesgos del conocimiento “eurocéntrico”, lo “Sagrado” de la matriz africana del Candomble. Para Vieira dicha religión es una forma de organización social, vinculada a la diversidad africana en Brasil. En el proceso de su construcción las identidades y tradiciones de las culturas africanas sufrieron con las acciones de los dispositivos diseñados por el colonialismo. Las vivencias históricas y religiosas experimentadas en este contexto forjaron relaciones sociales fracturadas por la imposición política colonial. Partiendo de una concepción interpretativa de la cultura, Vieira diseña una aproximación metodológica etnogeográfica, buscando la comprensión de una cosmología dada en un espacio que es concebido y vivido por los sujetos que actúan como informantes. El Candomble, como rito, emerge así, a través de un intrincado sistema de conexiones que relaciona los tiempos históricos con el tiempo de los ancestrales, en una reconstrucción del espacio diaspórico configurado con procesos de ajuste y transformación, mediante los cuales se preservan prácticas africanas que en definitiva han sobrevivido a los sistemas coloniales.

Los dos siguientes artículos problematizan de distintas formas y distintos lugares las relaciones entre las políticas patrimoniales, los territorios y los espacios culturales.

Los museos de antropología en Europa y América del Norte surgieron, desde la mitad del siglo XIX hasta los inicios del XX, en el ámbito del colonialismo, en lo político, y del evolucionismo cultural, en lo científico. Tras la Segunda Guerra Mundial, con los procesos de descolonización los museos de antropología entraron en crisis y fueron forzados a reinventarse, tratando de resignificar los objetos procedentes de los expolios realizados en las décadas del colonialismo, y buscando adaptarse a sociedades cada vez más multiculturales. El objetivo del artículo presentado por Fabien Van Geert, Iñaki Arrieta Urtizberea e Xavier Roigé, con el título, “Los Museos De Antropología: del Colonialismo al multiculturalismo. Debates y Estrategias de adaptación ante los nuevos retos políticos, científicos y sociales”, es describir y analizar diferentes estrategias que han llevado a cabo los museos de antropología en dicho proceso de reinención. Se centran en algunas de las nuevas propuestas museográficas y de re-significación de los objetos coloniales, y en el grado de participación de las comunidades, décadas atrás colonizadas, o de sus descendientes en la institución museística o en sus propuestas museográficas.

Por su parte, Francisco Javier González Herrero, en su contribución, “La zona patrimonial de Riotinto desde una mirada decolonial ¿qué es de los huertos mineros del periodo colonial británico (1873-1954)?”, explora la transformación del patrimonio material de Riotinto, situado en Huelva, España. El proyecto de extracción de mineral del consistorio británico en la región, a partir de 1873, conllevó la destrucción del primigenio pueblo de Riotinto, al tiempo que se inició la construcción de lo que actualmente es Minas de Riotinto. Tras el declive minero, el entorno fue declarado, en 2012, Zona Patrimonial, denominación concedida a aquellos lugares caracterizados por elementos significativos. La pasada etapa británica con su arquitectura, los restos de su tecnología de explotación, su impacto socio- territorial y la articulación en comunicaciones que creo, fueron argumentos claves para la adjudicación de la categoría

patrimonial, ignorándose las otras historias del territorio, cuyo rescate el autor reclama. El sobredimensionamiento de un único signo de identidad para la región ha reducido el reconocimiento de la riqueza cultural de toda una comunidad, ligado a los componentes que este particular proyecto británico de producción de la modernidad produjo.

Otros dos artículos ponen en relación los procesos de independencias y descolonización con el papel de la literatura y las artes.

En “Da subjetividade do *eu* à objetividade do *nós*: uma breve reflexão acerca dos limites e pretensões da objetividade na historiografia contemporânea”, Thiago José Borges presenta una aproximación a los procesos metodológicos y sus prácticas que constituyen principios contemporáneos de construcción y legitimidad del conocimiento histórico, en una doble articulación entre objetividad y subjetividad en la producción del saber-hacer de esta comunidad epistémica.

En el texto “Racionalidade e barbárie: a construção da ideia de progresso e seus desdobramentos críticos na arte e no pensamento”, Daniel Vecchio Alves, presenta una evaluación crítica cultural de la idea de progreso. Para este abordaje, el autor hace un breve análisis de la forma en que se recibió dicha idea, transmitida no sólo a través del pensamiento social, sino también a través de la producción literaria. Su trabajo analiza pensadores y escritores que, desde el siglo XVIII, criticaron la noción evolutiva tecno-científica, considerando que la Revolución Industrial tuvo un impacto significativamente negativo en la vida de los seres humanos. En el proceso de deconstrucción de la idea del progreso industrial, el autor toma en consideración las aportaciones de E. Thompson, que plantea que no hay desarrollo económico que no sea, al mismo tiempo, una transformación sociocultural.

Cerrando el dossier Rubens Freitas Benevides, presenta “O paradoxo do colonialismo e a desidentificação”. El texto, más teórico que empírico, tiene el objetivo de exponer el momento histórico en el Brasil que está marcado por lo que llama la paradoja del colonialismo. Este se constituye como el límite del proceso evolutivo de la sociedad brasileña y se opone a los procesos de des-identificación que aparecen como una “imagen dialéctica”. Esta categoría benjaminiana, utilizada por el autor en diálogo con Adorno, es vista en el texto como una contribución crítica a las ciencias sociales, que pretende abrir las disciplinas a las “series temporales heterogéneas”, con el objetivo que contemplan tanto las formas de ruptura como las continuidades.

En la sección de artículos libres se presentan dos contribuciones.

En “Os últimos dias da crítica”, Ronie Teles da Silveira examina el papel crítico de las intervenciones políticas y su propósito transformador para que se haga posible una evaluación epistemológica del aparato analítico propio las Humanidades.

En “O perfil da elite dirigente goiana na primeira metade do século XIX”, Martha Victor Vieira, analiza la historia de seis figuras políticas influyentes en la administración pública en Goiás, Brasil. Mediante el uso de ciertos criterios de diferenciación (poder adquisitivo, oficinas públicas, de rango militar, habilidad para leer y escribir y funciones religiosas), los relaciona a la cultura local con sus dimensiones y perspectivas políticas.

Por último, cerrando el número tenemos una traducción y revisión.

Fernando Pereira dos Santos presenta la traducción: “O bom soberano e seu legado: tradução da fonte ‘Sobre a morte de Eduardo III’”. Al detallar la historicidad y los contextos sociales del documento, el traductor nos permite entender las dimensiones totales del personaje en su contexto histórico de expansión territorial, el enriquecimiento de la nobleza y las conquistas militares promovidas por Eduardo III y superar el olvido al que han sido relegados el poema y su personaje.

Por su parte, Matheus Mezquita Puentes presenta la reseña de “A produção social da escrita literária em Raymond Williams”, acerca de los importantes planteamientos intelectuales de este autor duante los años 70 y 80 del siglo XX.

Finalmente, los coordinadores del monográfico quedamos muy agradecidos a la Revista OPSIS por la acogida y perspectiva aperturista que ha tenido ante nuestra propuesta. Agradecemos a la profesora Eliane Martins de Freitas el permanente trabajo de coordinación, velando para que todo haya llegado a buen fin. Y transmitimos los agradecimientos de todos los colaboradores del número, por el buen hacer de la revista.

JUNIO DE 2016

ÁNGELES CASTAÑO MADROÑAL (UNIVERSIDADE DE SEVILHA)

JOSÉ LUÍS SOLAZZI (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

JUAN CARLOS GIMENO MARTIN (UNIVERSIDADE DE MADRI)